



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

ATA N.º 237/CNE/XV

No dia vinte e seis de abril de dois mil e dezanove teve lugar a reunião número duzentos e trinta e sete da Comissão Nacional de Eleições, na sala de reuniões sita na Av. D. Carlos I, n.º 128 – 7.º andar, em Lisboa, sob a presidência do Senhor Juiz Conselheiro José Vítor Soreto de Barros e com a presença dos Senhores Drs. Francisco José Martins, Carla Luís, João Tiago Machado, João Almeida, Álvaro Saraiva, Mário Miranda Duarte e Sérgio Gomes da Silva. -----

A reunião teve início às 14 horas e 30 minutos e foi secretariada por mim, João Almeida, Secretário da Comissão. -----

1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente deu nota da forma como decorreu a Sessão Solene Comemorativa do 45.º Aniversário do 25 de Abril de 1974, na Assembleia da República. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Atas

2.01 - Ata da reunião plenária n.º 235/CNE/XV, de 16 de abril

A Comissão aprovou a ata da reunião plenária n.º 235/CNE/XV, de 16 de abril, cuja cópia consta em anexo à presente ata, com os votos favoráveis de todos os Membros que participaram na reunião a que respeita. -----

Gestão

2.02 - Conta de Gerência 2018

A Comissão tomou conhecimento dos mapas que consolidam a Conta de Gerência da CNE relativa ao ano de 2018, cujas cópias constam em anexo à presente ata, e deliberou aprovar, por maioria, com a abstenção dos Senhores



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Drs. Francisco José Martins e João Tiago Machado, a referida Conta de Gerência, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 21.º do Regimento da Comissão, devendo ser dado seguimento aos atos subsequentes.

O Senhor Dr. João Tiago Machado apresentou a seguinte declaração: -----

«Abstive-me no ponto 2.02 da ordem de trabalhos, não por ter qualquer desconfiança quanto a quem elaborou a conta de gerência de 2018, mas sim – e tão só – por não me considerar dotado das competências técnicas para análise das mesmas.» -----

Processos PE-2019 - Neutralidade e imparcialidade / Publicidade institucional

2.03 - Pedidos de parecer em matéria de Publicidade Institucional

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/105, que consta em anexo à presente ata, deliberou, com a abstenção dos Senhores Drs. Mário Miranda Duarte e Sérgio Gomes das Silva, transmitir o seguinte: -----

CM Elvas | Pedido de parecer | Publicidade institucional (divulgação de atividades culturais junto dos munícipes) – Processo PE.P-PP/2019/51

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Para explicação e densificação desta norma, fez a Comissão Nacional de Eleições publicar, no seu sítio da Internet, uma 'Nota Informativa' no dia 6 de março p.p., e uma 'Nota de esclarecimento' no dia 13 de março p.p., sobre a matéria da publicidade institucional, em resultado da jurisprudência do Tribunal Constitucional.

Assim, a divulgação das atividades que a Câmara Municipal pretende desenvolver deve respeitar aquela norma legal e ser orientada pelas referidas notas informativas da CNE, de que se destaca, com interesse para o presente processo, os seguintes excertos:

“17. Entende a Comissão Nacional de Eleições que a urgência e a gravidade previstas na parte final do n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015 não têm, necessariamente, carácter cumulativo: para além dos casos e situações de necessidade simultaneamente



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

grave e urgente, está também excepcionada da proibição a publicidade institucional que corresponda a necessidade pública urgente, mesmo que relativamente a atos, obras ou serviços que não envolvam situações de gravidade reconhecida.

18. Assim, é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.

19. Não se encontram abrangidos pela proibição comunicações informativas e sem carácter promocional, como sejam avisos e anúncios sobre condicionamentos de trânsito e similares ou com indicações sobre alterações das condições de funcionamento de serviços (mudanças de horário ou de instalações), etc.

20. A proibição legal de publicidade institucional não impede também o cumprimento dos deveres de publicitação de informações imposto legalmente, como é o caso de avisos ou painéis relativos à legislação de licenciamento de obras, ou das publicações em Diário da República, bem como das publicações obrigatórias realizadas em publicação institucional ou por editais e outros meios. Nestes casos, a publicitação deve conter somente os elementos que a respetiva legislação exija.

21. Tais comunicações, porém, não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos encomiásticos ou de natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário."» -----

CM Serpa | Pedido de esclarecimento | Boletim informativo municipal – Processo PE.P-PP/2019/54

«As entidades públicas, designadamente os órgãos das autarquias locais e os respetivos titulares, estão sujeitos a especiais deveres de neutralidade e de imparcialidade desde a data da publicação do decreto que marca o dia das eleições. Isso significa que não podem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral, nem praticar atos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem uma candidatura ou uma entidade proponente em detrimento ou vantagem de outra, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção no exercício das suas funções (artigo 57.º da LEAR).

Estes princípios devem ser respeitados em qualquer publicação autárquica, traduzindo-se, quer na equidistância dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares em relação



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

às pretensões e posições das várias candidaturas ao ato eleitoral, quer ainda na necessária abstenção da prática de atos positivos, ou negativos, em relação a estas, passíveis de interferir no processo eleitoral.

Nessa medida, uma publicação autárquica (órgão oficial de comunicação de um município ou freguesia), respeitando a cadência regular da sua periodicidade, deve ter um conteúdo objetivo e não pode ter uma função de promoção, direta ou indireta, de um candidato, de uma candidatura ou de partido político, quer através do texto, quer das imagens utilizadas.

Por outro lado, o n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Conforme deriva da nota informativa aprovada pela CNE em 6 de março p.p., «Relativamente aos meios de difusão, de acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional, devem considerar-se incluídos todos os serviços ou meios que, habitualmente, são adquiridos para publicidade, mesmo que já façam parte do património da entidade pública (como outdoors, etc.) ou que sejam realizados por serviços da entidade pública (como imprensa institucional ou departamentos internos de comunicação).»

Assim, o conteúdo de qualquer publicação municipal e a divulgação das atividades que a Câmara Municipal pretende desenvolver devem respeitar aquelas normas legais e ser orientadas pela referida nota informativa da CNE, de que se destaca, com interesse para o presente processo, os seguintes excertos:

“18. Assim, é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com caráter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

19. Não se encontram abrangidos pela proibição comunicações informativas e sem caráter promocional, como sejam avisos e anúncios sobre condicionamentos de trânsito e similares ou com indicações sobre alterações das condições de funcionamento de serviços (mudanças de horário ou de instalações), etc.

20. A proibição legal de publicidade institucional não impede também o cumprimento dos deveres de publicitação de informações imposto legalmente, como é o caso de avisos ou painéis relativos à legislação de licenciamento de obras, ou das publicações em Diário da República, bem como das publicações obrigatórias realizadas em publicação institucional ou por editais e outros meios. Nestes casos, a publicitação deve conter somente os elementos que a respetiva legislação exija.

21. Tais comunicações, porém, não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos encomiásticos ou de natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário."

Mais se destacam os Acórdãos do Tribunal Constitucional que contêm exemplos de mensagens não aceitáveis à luz das referidas normas legais, que se encontram citados na nota informativa da CNE.» -----

Águas de Gaia | Pedido de parecer | Publicidade Institucional – Processo PE.P-PP/2019/59

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

É aceitável, contudo, "(...) que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com caráter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc."



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Sucedem, porém, que aquelas comunicações para o público "(...) não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos elogiosos ou de natureza promocional,"

As comunicações para o público devem cingir-se aos elementos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário.» -----

JF Canidelo | Pedido de parecer | Publicidade institucional (divulgação do concurso EcoDesign) – Processo PE.P-PP/2019/62

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Tal como esclarecido na nota informativa:

“é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.”

Sucedem, porém, que aquelas comunicações para o público “(...) não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos elogiosos ou de natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário.”

A informação constante dos documentos de divulgação remetidos em anexo ao pedido de parecer é objetiva e destina-se a divulgar à população o concurso em causa.» -----

CM Vila Verde | Pedido de parecer | Publicidade Institucional (Requalificação e Modernização das Instalações da Escola Básica) – Processo PE.P-PP/2019/70



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Nos termos da nota informativa da CNE – com respaldo na jurisprudência constitucional – “encontram-se proibidos todos os atos de comunicação que visem, direta ou indiretamente, promover junto de uma pluralidade de destinatários indeterminados, iniciativas, atividades ou a imagem de entidade, órgão ou serviço público”.

A título exemplificativo, estão nessas situações:

- (...) mensagens que refletem uma atitude proativa da instituição na promoção da qualidade de vida dos habitantes (como por ex. “Continuam a decorrer a bom ritmo as obras de instalação de redes de saneamento básico» ou “o futuro será certamente melhor, mais limpo e melhor para todos em matéria ambiental”).

Ou mesmo, tão só, **a utilização de uma linguagem adjetivada e promotora de obras e iniciativas da instituição** (como a beneficiação de ruas, requalificação de determinadas zonas, a diminuição de taxas ou a oferta de livros escolares). (negrito nosso)

Como exceção, a Comissão tem considerado aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, (por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular) quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Quanto às inaugurações – conforme decorre da nota de esclarecimento sobre publicidade institucional – a CNE esclareceu que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à sua realização ou na participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações).



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Contudo – e nos termos da mesma nota de esclarecimento - não poderão os Órgãos do Estado e da Administração Pública utilizar:

- suportes publicitários ou de comunicação (livros, revistas, brochuras, flyers, convites, cartazes, anúncios, mailings, etc, quer sejam contratados externamente, quer sejam realizados por meios internos financiados com recursos públicos) que, nomeadamente, contenham slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente ou, mesmo não contendo mensagens elogiosas ou de encómio, não revistam gravidade ou urgência, ou*
- posts em contas oficiais de redes sociais que contenham hashtags promocionais, slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente.» -----*

**CM Castelo Branco | Pedido de parecer | Publicidade institucional
(realização de eventos) – Processo PE.P-PP/2019/72**

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Entende a Comissão Nacional de Eleições que é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados (por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com caráter regular), quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Quanto às inaugurações – conforme decorre da nota de esclarecimento sobre publicidade institucional – a CNE esclareceu que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à sua realização ou na participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações).

Contudo – e nos termos da mesma nota de esclarecimento - não poderão os Órgãos do Estado e da Administração Pública utilizar:



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

- suportes publicitários ou de comunicação (livros, revistas, brochuras, flyers, convites, cartazes, anúncios, mailings, etc, quer sejam contratados externamente, quer sejam realizados por meios internos financiados com recursos públicos) que, nomeadamente, contenham slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente ou, mesmo não contendo mensagens elogiosas ou de encómio, não revistam gravidade ou urgência, ou
- posts em contas oficiais de redes sociais que contenham hashtags promocionais, slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente.

Assim, devem os materiais em causa ser analisados à luz do que foi anteriormente sobredito.» -----

CM Vinhais | Pedido de parecer | Publicidade institucional (publicação do Boletim Municipal) – Processo PE.P-PP/2019/77

«As entidades públicas, designadamente os órgãos das autarquias locais e os respetivos titulares, estão sujeitos a especiais deveres de neutralidade e de imparcialidade desde a data da publicação do decreto que marca o dia das eleições. Isso significa que não podem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral, nem praticar atos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem uma candidatura ou uma entidade proponente em detrimento ou vantagem de outra, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção no exercício das suas funções (artigo 57.º da LEAR).

Estes princípios devem ser respeitados em qualquer publicação autárquica, traduzindo-se, quer na equidistância dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares em relação às pretensões e posições das várias candidaturas ao ato eleitoral, quer ainda na necessária abstenção da prática de atos positivos, ou negativos, em relação a estas, passíveis de interferir no processo eleitoral.

Nessa medida, uma publicação autárquica (órgão oficial de comunicação de um município ou freguesia), respeitando a cadência regular da sua periodicidade, deve ter um conteúdo objetivo e não pode ter uma função de promoção, direta ou indireta, de um candidato, de uma candidatura ou de partido político, quer através do texto, quer das imagens utilizadas.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Por outro lado, o n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, ~~proíbe a~~ publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Conforme deriva da nota informativa aprovada pela CNE em 6 de março p.p., “Relativamente aos meios de difusão, de acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional, devem considerar-se incluídos todos os serviços ou meios que, habitualmente, são adquiridos para publicidade, mesmo que já façam parte do património da entidade pública (como outdoors, etc.) ou que sejam realizados por serviços da entidade pública (como imprensa institucional ou departamentos internos de comunicação).”

Assim, o conteúdo de qualquer publicação municipal e a divulgação das atividades que a Câmara Municipal pretende desenvolver devem respeitar aquelas normas legais e ser orientadas pela referida nota informativa da CNE, de que se destaca, com interesse para o presente processo, os seguintes excertos:

«18. Assim, é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com caráter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.

19. Não se encontram abrangidos pela proibição comunicações informativas e sem caráter promocional, como sejam avisos e anúncios sobre condicionamentos de trânsito e similares ou com indicações sobre alterações das condições de funcionamento de serviços (mudanças de horário ou de instalações), etc.

20. A proibição legal de publicidade institucional não impede também o cumprimento dos deveres de publicitação de informações imposto legalmente, como é o caso de avisos ou painéis relativos à legislação de licenciamento de obras, ou das publicações em Diário da República, bem como das publicações obrigatórias realizadas em publicação institucional ou por editais e outros meios. Nestes casos, a publicitação deve conter somente os elementos que a respetiva legislação exija.

21. Tais comunicações, porém, não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos encomiásticos ou de



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário."

Mais se destacam os Acórdãos do Tribunal Constitucional que contêm exemplos de mensagens não aceitáveis à luz das referidas normas legais, que se encontram citados na nota informativa da CNE.

Quanto às inaugurações – conforme decorre da nota de esclarecimento sobre publicidade institucional de 13 de março – a CNE esclareceu que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à sua realização ou na participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações).

Contudo – e nos termos da mesma nota de esclarecimento - não poderão os Órgãos do Estado e da Administração Pública utilizar:

- suportes publicitários ou de comunicação (livros, revistas, brochuras, flyers, convites, cartazes, anúncios, mailings, etc, quer sejam contratados externamente, quer sejam realizados por meios internos financiados com recursos públicos) que, nomeadamente, contenham slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente ou, mesmo não contendo mensagens elogiosas ou de encómio, não revistam gravidade ou urgência, ou*
- posts em contas oficiais de redes sociais que contenham hashtags promocionais, slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente.» -----*

**CM Mogadouro | Pedido de parecer | Publicidade institucional
("Presidências Abertas") – Processo PE.P-PP/2019/78**

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

As sessões em causa «Presidências Abertas», tal como descritas, não são proibidas.

Contudo, e por força do disposto no n.º 1, do artigo 57.º, da Lei n.º 14/79, de 16 de maio (aplicável à eleição do Parlamento Europeu por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º

14/87, de 29 de abril (Lei Eleitoral do Parlamento Europeu) «Os órgãos do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, das demais pessoas colectivas de direito público (...) bem como, nessa qualidade, os respectivos titulares, não podem intervir directa ou indirectamente em campanha eleitoral nem praticar quaisquer actos que favoreçam ou prejudiquem uma candidatura em detrimento ou vantagem de outra ou outras, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção nos procedimentos eleitorais.», pelo que os respetivos titulares dos órgãos das autarquias locais que participem nas mencionadas sessões, estão obrigados a cumprir estritamente os deveres de neutralidade e imparcialidade a que estão vinculados, pelo que as referidas sessões não podem ter uma função de promover ou denegrir, direta ou indireta, quaisquer candidatos ou candidaturas ao ato eleitoral em curso.» -----

CM Moura | Pedido de parecer | Publicidade institucional (Plano Educativo para o Sucesso e Inovação) – Processo PE.P-PP/2019/79

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Para explicação e densificação desta norma, fez a Comissão Nacional de Eleições publicar, no seu sítio da Internet, uma 'Nota Informativa' no dia 6 de março p.p., e uma 'Nota de esclarecimento' no dia 13 de março p.p., sobre a matéria da publicidade institucional, em resultado da jurisprudência do Tribunal Constitucional.

Assim, a divulgação das atividades que a Câmara Municipal pretende desenvolver deve respeitar aquela norma legal e ser orientada pelas referidas notas informativas da CNE, de que se destaca, com interesse para o presente processo, os seguintes excertos:

«17. Entende a Comissão Nacional de Eleições que a urgência e a gravidade previstas na parte final do n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015 não têm, necessariamente, carácter cumulativo: para além dos casos e situações de necessidade simultaneamente grave e urgente, está também excepcionada da proibição a publicidade institucional que corresponda a necessidade pública urgente, mesmo que relativamente a atos, obras ou serviços que não envolvam situações de gravidade reconhecida.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

18. Assim, é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.

19. Não se encontram abrangidos pela proibição comunicações informativas e sem carácter promocional, como sejam avisos e anúncios sobre condicionamentos de trânsito e similares ou com indicações sobre alterações das condições de funcionamento de serviços (mudanças de horário ou de instalações), etc.

20. A proibição legal de publicidade institucional não impede também o cumprimento dos deveres de publicitação de informações imposto legalmente, como é o caso de avisos ou painéis relativos à legislação de licenciamento de obras, ou das publicações em Diário da República, bem como das publicações obrigatórias realizadas em publicação institucional ou por editais e outros meios. Nestes casos, a publicitação deve conter somente os elementos que a respetiva legislação exija.

21. Tais comunicações, porém, não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos encomiásticos ou de natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário.» -----

Jornal ALVORADA | Pedido de parecer | Publicidade institucional (publicidade da CM Lourinhã) – Processo PE.P-PP/2019/81

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Entende a Comissão Nacional de Eleições que é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados (por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular), quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular ou informação relativa a atividades sazonais para



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.”

Sucede, porém, que aquelas comunicações para o público “(...) não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos elogiosos ou de natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário.”

A informação constante da publicação remetida em anexo ao pedido de parecer é objetiva e destina-se a divulgar à população os eventos em causa.» -----

Docapesca - Portos e Lotas, S.A. | Pedido de parecer | Publicidade institucional – Processo PE.P-PP/2019/82

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

É aceitável, contudo, “(...) que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.”

Sucede, porém, que aquelas comunicações para o público “(...) não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos elogiosos ou de natureza promocional,”



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

As comunicações para o público devem cingir-se aos elementos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário.

Acresce – conforme decorre da ‘Nota de esclarecimento’ no dia 13 de março p.p., sobre a matéria da publicidade institucional – “(...) que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à realização ou participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações)”.» -----

**CM Constância | Pedido de esclarecimento | Publicidade institucional –
Processo PE.P-PP/2019/86**

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Quanto às inaugurações – conforme decorre da nota de esclarecimento sobre publicidade institucional, de 13 de março p.p. – a CNE esclareceu que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à sua realização ou na participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações).

Esclarece, igualmente, mantendo o conteúdo da Nota Informativa, que não poderão os Órgãos do Estado e da Administração Pública utilizar:

- suportes publicitários ou de comunicação (livros, revistas, brochuras, flyers, convites, cartazes, anúncios, mailings, etc, quer sejam contratados externamente, quer sejam realizados por meios internos financiados com recursos públicos) que, nomeadamente, contenham slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente ou, mesmo não contendo mensagens elogiosas ou de encómio, não revistam gravidade ou urgência, ou*
- posts em contas oficiais de redes sociais que contenham hashtags promocionais, slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente.*» -----



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

**CM Vila Verde | Pedido de parecer | Publicidade institucional
(Lançamento da 1ª pedra da Requalificação do Largo Antunes Lima) –
Processo PE.P-PP/2019/96**

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Quanto às inaugurações – conforme decorre da nota de esclarecimento sobre publicidade institucional, de 13 de março p.p. – a CNE esclareceu que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à sua realização ou na participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações).

Esclarece, igualmente, mantendo o conteúdo da Nota Informativa, que não poderão os Órgãos do Estado e da Administração Pública utilizar:

- suportes publicitários ou de comunicação (livros, revistas, brochuras, flyers, convites, cartazes, anúncios, mailings, etc, quer sejam contratados externamente, quer sejam realizados por meios internos financiados com recursos públicos) que, nomeadamente, contenham slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente ou, mesmo não contendo mensagens elogiosas ou de encómio, não revistam gravidade ou urgência, ou*
- posts em contas oficiais de redes sociais que contenham hashtags promocionais, slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente.» -----*

**CM Vila Verde | Pedido de parecer | Publicidade institucional
(Inauguração de empreitada financiada pelo Norte 2020) – Processo PE.P-PP/2019/97**

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Quanto às inaugurações – conforme decorre da nota de esclarecimento sobre publicidade institucional, de 13 de março p.p. – a CNE esclareceu que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos quanto à sua realização ou na participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações).

Esclarece, igualmente, mantendo o conteúdo da Nota Informativa, que não poderão os Órgãos do Estado e da Administração Pública utilizar:

- suportes publicitários ou de comunicação (livros, revistas, brochuras, flyers, convites, cartazes, anúncios, mailings, etc, quer sejam contratados externamente, quer sejam realizados por meios internos financiados com recursos públicos) que, nomeadamente, contenham slogans, mensagens elogiosas ou encômios à ação do emitente ou, mesmo não contendo mensagens elogiosas ou de encômio, não revistam gravidade ou urgência, ou
- posts em contas oficiais de redes sociais que contenham hashtags promocionais, slogans, mensagens elogiosas ou encômios à ação do emitente.» -----

CM Barreiro | Pedido de parecer | Publicidade institucional (diversas ações) – Processo PE.P-PP/2019/98

«O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Para explicação e densificação desta norma, fez a Comissão Nacional de Eleições publicar, no seu sítio da Internet, uma 'Nota Informativa' no dia 6 de março p.p., e uma 'Nota de esclarecimento' no dia 13 de março p.p., sobre a matéria da publicidade institucional, em resultado da jurisprudência do Tribunal Constitucional.

Assim, a divulgação das atividades que a Câmara Municipal pretende desenvolver deve respeitar aquela norma legal e ser orientada pelas referidas notas informativas da CNE, de que se destaca, com interesse para o presente processo, os seguintes excertos:

“17. Entende a Comissão Nacional de Eleições que a urgência e a gravidade previstas na parte final do n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015 não têm, necessariamente,



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

caráter cumulativo: para além dos casos e situações de necessidade simultaneamente grave e urgente, está também excepcionada da proibição a publicidade institucional que corresponda a necessidade pública urgente, mesmo que relativamente a atos, obras ou serviços que não envolvam situações de gravidade reconhecida.

18. Assim, é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com caráter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.

19. Não se encontram abrangidos pela proibição comunicações informativas e sem caráter promocional, como sejam avisos e anúncios sobre condicionamentos de trânsito e similares ou com indicações sobre alterações das condições de funcionamento de serviços (mudanças de horário ou de instalações), etc.

20. A proibição legal de publicidade institucional não impede também o cumprimento dos deveres de publicitação de informações imposto legalmente, como é o caso de avisos ou painéis relativos à legislação de licenciamento de obras, ou das publicações em Diário da República, bem como das publicações obrigatórias realizadas em publicação institucional ou por editais e outros meios. Nestes casos, a publicitação deve conter somente os elementos que a respetiva legislação exija.

21. Tais comunicações, porém, não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos encomiásticos ou de natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário."

Os membros do executivo não estão impedidos de participar em programas de rádio e televisão. Todavia, importa realçar que as entidades públicas, designadamente os órgãos das autarquias locais e os respetivos titulares, estão sujeitos a especiais deveres de neutralidade e de imparcialidade desde a data da publicação do decreto que marca o dia das eleições. Isso significa que não podem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral, nem praticar atos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem uma candidatura ou uma entidade proponente em detrimento ou vantagem de outra, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção no exercício das suas funções (artigo 57.º da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, aplicável à eleição dos Deputados ao Parlamento Europeu por força do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 14/87, de 29 de abril).» -----



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

**CM Torres Novas | Pedido de parecer | Publicidade institucional
(divulgação de “reconhecimentos” atribuídos ao município) – Processo
PE.P-PP/2019/116**

»O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Nos termos da nota informativa da CNE – com respaldo na jurisprudência constitucional – “encontram-se proibidos todos os atos de comunicação que visem, direta ou indiretamente, promover junto de uma pluralidade de destinatários indeterminados, iniciativas, atividades ou a imagem de entidade, órgão ou serviço público”.

A título exemplificativo, estão nessas situações:

- O uso de imagens ou de expressões que ultrapassem a mera necessidade de informação do público, como é o caso da imagem de titulares de cargos políticos, de expressões como “promessa cumprida”, “fazemos melhor” ou quaisquer outras que pretendam enaltecer o órgão, o seu titular ou a atividade de qualquer deles, em vez ou para além de esclarecer do objeto da comunicação em si.

- No mesmo sentido mensagens que refletem uma atitude proativa da instituição na promoção da qualidade de vida dos habitantes (como por ex. “Continuam a decorrer a bom ritmo as obras de instalação de redes de saneamento básico» ou “o futuro será certamente melhor, mais limpo e melhor para todos em matéria ambiental”).

Ou mesmo, tão só, a utilização de uma linguagem adjetivada e promotora de obras e iniciativas da instituição (como a beneficiação de ruas, requalificação de determinadas zonas, a diminuição de taxas ou a oferta de livros escolares).

Como exceção, a Comissão tem considerado aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, (por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular) quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições, ou caso exista necessidade pública e urgente na sua divulgação.» -----

**CM Caldas da Rainha | Pedido de parecer | Publicidade institucional
(revista municipal) – Processo PE.P-PP/2019/128**

«As entidades públicas, designadamente os órgãos das autarquias locais e os respetivos titulares, estão sujeitos a especiais deveres de neutralidade e de imparcialidade desde a data da publicação do decreto que marca o dia das eleições. Isso significa que não podem intervir, direta ou indiretamente, na campanha eleitoral, nem praticar atos que, de algum modo, favoreçam ou prejudiquem uma candidatura ou uma entidade proponente em detrimento ou vantagem de outra, devendo assegurar a igualdade de tratamento e a imparcialidade em qualquer intervenção no exercício das suas funções (artigo 57.º da LEAR).

Estes princípios devem ser respeitados em qualquer publicação autárquica, traduzindo-se, quer na equidistância dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares em relação às pretensões e posições das várias candidaturas ao ato eleitoral, quer ainda na necessária abstenção da prática de atos positivos, ou negativos, em relação a estas, passíveis de interferir no processo eleitoral.

Nessa medida, uma publicação autárquica (órgão oficial de comunicação de um município ou freguesia), respeitando a cadência regular da sua periodicidade, deve ter um conteúdo objetivo e não pode ter uma função de promoção, direta ou indireta, de um candidato, de uma candidatura ou de partido político, quer através do texto, quer das imagens utilizadas.

Por outro lado, o n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, proíbe a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública. Esta proibição vigora desde a data da publicação do decreto que marque a data da eleição, até ao final do período eleitoral.

Conforme deriva da nota informativa aprovada pela CNE em 6 de março p.p., “Relativamente aos meios de difusão, de acordo com a jurisprudência do Tribunal Constitucional, devem considerar-se incluídos todos os serviços ou meios que,



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

habitualmente, são adquiridos para publicidade, mesmo que já façam parte do património da entidade pública (como outdoors, etc.) ou que sejam realizados por serviços da entidade pública (como imprensa institucional ou departamentos internos de comunicação).”

Assim, o conteúdo de qualquer publicação municipal e a divulgação das atividades que a Câmara Municipal pretende desenvolver devem respeitar aquelas normas legais e ser orientadas pela referida nota informativa da CNE, de que se destaca, com interesse para o presente processo, os seguintes excertos:

“18. Assim, é aceitável que as entidades públicas veiculem determinado tipo de comunicações para o público em geral, informando sobre bens ou serviços por si disponibilizados, quando tal comunicação seja imprescindível à sua fruição pelos cidadãos ou seja essencial à concretização das suas atribuições.

Encontram-se nestas situações aceitáveis, por exemplo, anúncios de festividades tradicionais com carácter regular ou informação relativa a atividades sazonais para certas camadas da população, campanhas para a promoção da saúde e a prevenção da doença, etc.

19. Não se encontram abrangidos pela proibição comunicações informativas e sem carácter promocional, como sejam avisos e anúncios sobre condicionamentos de trânsito e similares ou com indicações sobre alterações das condições de funcionamento de serviços (mudanças de horário ou de instalações), etc.

20. A proibição legal de publicidade institucional não impede também o cumprimento dos deveres de publicitação de informações imposto legalmente, como é o caso de avisos ou painéis relativos à legislação de licenciamento de obras, ou das publicações em Diário da República, bem como das publicações obrigatórias realizadas em publicação institucional ou por editais e outros meios. Nestes casos, a publicitação deve conter somente os elementos que a respetiva legislação exija.

21. Tais comunicações, porém, não podem, em caso algum, veicular ou ser acompanhadas de imagens, expressões ou outros elementos encomiásticos ou de natureza promocional, devendo cingir-se aos que identifiquem clara e inequivocamente o promotor da mensagem e ao conteúdo factual estritamente necessário.”

Mais se destacam os Acórdãos do Tribunal Constitucional que contêm exemplos de mensagens não aceitáveis à luz das referidas normas legais, que se encontram citados na nota informativa da CNE.

Quanto às inaugurações – conforme decorre da nota de esclarecimento sobre publicidade institucional de 13 de março – a CNE esclareceu que os órgãos do Estado e da Administração Pública não estão, no desenvolvimento das suas atividades, impedidos

quanto à sua realização ou na participação em eventos (conferências, assinaturas de protocolos ou inaugurações).

Contudo – e nos termos da mesma nota de esclarecimento - não poderão os Órgãos do Estado e da Administração Pública utilizar:

- suportes publicitários ou de comunicação (livros, revistas, brochuras, flyers, convites, cartazes, anúncios, mailings, etc, quer sejam contratados externamente, quer sejam realizados por meios internos financiados com recursos públicos) que, nomeadamente, contenham slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente ou, mesmo não contendo mensagens elogiosas ou de encómio, não revistam gravidade ou urgência, ou*
- posts em contas oficiais de redes sociais que contenham hashtags promocionais, slogans, mensagens elogiosas ou encómios à ação do emitente.» -----*

2.04 - Cidadão | Presidente do Conselho Médico da Ordem na RAM | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas - Processo PE.P-PP/2019/21

A Comissão deliberou, por unanimidade, adiar a apreciação do assunto em epígrafe, por carecer de aprofundamento. -----

2.05 - Cidadão | Página no Facebook “Baixa da Banheira” | Neutralidade e imparcialidade - Processo PE.P-PP/2019/38

A Comissão analisou os elementos do processo em epígrafe, que constam em anexo à presente ata, e deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

«No dia 12 de março p.p., um cidadão remeteu à Comissão Nacional de Eleições uma participação contra o Presidente da Junta da União de Freguesias de Baixa da Banheira e Vale da Amoreira por, alegadamente, este ter violado os deveres de neutralidade e imparcialidade a que se encontra adstrito.

Está em causa, de acordo com o print remetido pelo participante, uma publicação de Nuno Cavaco num grupo fechado denominado ‘Baixa da Banheira’, em que relata a visita às obras do Complexo Desportivo do União Desportiva e Cultural Banheirense de responsáveis políticos do PCP e dirigentes associativos da freguesia.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Da observação da imagem remetida, parece ser de concluir que a publicação é do foro privado do cidadão (que também é Presidente da Junta de Freguesia) agindo nessa mesma qualidade, a de cidadão.

Assim, não se vislumbram indícios da violação dos deveres de neutralidade e imparcialidade, pelo que se determina o arquivamento do presente processo.» -----

2.06 - Cidadão | CM Funchal | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas (twitter do Presidente da Câmara) - Processo PE.P-PP/2019/52

Cidadão | CM Funchal | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas - Processo PE.P-PP/2019/53

Cidadão | Presidente da CM Funchal | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas - Processo PE.P-PP/2019/104

Cidadão | CM Funchal | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas (Suplemento no DN) - Processo PE.P-PP/2019/118

A Comissão deliberou, por unanimidade, adiar a apreciação do assunto em epígrafe, por carecer de aprofundamento. -----

2.07 - Cidadão | CM Santa Cruz | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas - Processo PE.P-PP/2019/68

PS | CM Santa Cruz (Madeira) | Neutralidade e imparcialidade das entidades públicas - Processo PE.P-PP/2019/115

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/111, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Drs. Mário Miranda Duarte e Sérgio Gomes das Silva, o seguinte: -----

«Foram remetidas à Comissão Nacional de Eleições (CNE) duas participações contra o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, por alegada publicidade institucional proibida.

A participação concerne a dois artigos no jornal “Diário de Notícias da Madeira” em que são relatados anúncios de obras futuras e a criação de um programa de apoio a pequenas cirurgias.



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

Notificado para se pronunciar sobre os factos constantes da participação, o Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz aduziu a sua resposta, que foi devidamente analisada e considerada.

O n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, dispõe que a partir da data da publicação do decreto que marque a eleição, «é proibida a publicidade institucional por parte dos órgãos do Estado e da Administração Pública de atos, programas, obras ou serviços, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública». No caso em apreço, temos por não preenchido o âmbito subjetivo da norma, ou seja, os destinatários da norma em causa são as entidades públicas. Os artigos jornalísticos em questão são da autoria de um órgão de comunicação social, no âmbito dessa mesma atividade jornalística, pelo que não se encontram abrangidos pela norma supra referida.

Todavia, e face aos elementos carreados para o processo, cabe ainda no caso em apreço apreciar se, aquelas que são as declarações atribuídas ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz, observam os deveres de neutralidade e imparcialidade a que os órgãos da administração pública – bem como os seus titulares –, se encontram especialmente adstritos em período eleitoral, nos termos do artigo 57.º da Lei Eleitoral da Assembleia da República (aplicável à eleição para o Parlamento Europeu por força do disposto no artigo 1.º da Lei Eleitoral do Parlamento Europeu).

O referido princípio não constitui uma regra própria do período eleitoral, mas uma aplicação específica dos princípios da igualdade e da imparcialidade que regem toda a administração pública em toda a sua atividade. A consagração legal do dever de neutralidade e imparcialidade das entidades públicas perante as candidaturas, assim como da punição de conduta que configure uma violação daqueles deveres, assenta na necessidade de garantir a maior igualdade possível entre as candidaturas em confronto, mas para que se considere ter havido violação de tal obrigação é necessário que o autor da conduta, no exercício das suas funções, favoreça ou prejudique, ainda que indiretamente, qualquer dos candidatos concorrentes. A normal prossecução das suas atribuições não consubstancia uma interferência ilegítima nos processos eleitorais. É, aliás, facto assente que um titular de um cargo público tem à partida uma mais lata projeção do que tem quem não detém o poder. Não está impedido de, no exercício das funções inerentes ao cargo, fazer as declarações que tenha por convenientes sobre a



COMISSÃO NACIONAL DE ELEIÇÕES

atuação do executivo camarário, desde que o faça de forma objetiva, não elogiando determinadas forças políticas, ou atacando, direta ou indiretamente, as forças políticas oposição.

Assim, o titular de cargo público que, no exercício da sua função alerta para 'vendilhões de banha de cobra que só saem agora para o contato com as populações e que andam de tasca em tasca a vender mentiras' pode não estar a consonar o seu comportamento com os deveres de neutralidade e imparcialidade e, aos olhos dos cidadãos, podem aquelas declarações ser entendidas como críticas a outras candidaturas ou seus proponentes.

Por outro lado, a publicitação em período eleitoral de promessas de obras ou ações não urgentes e estritamente necessárias constitui intervenção, ainda que indireta, na campanha eleitoral e mesmo que, não se tratando de candidato ou de agente ou dirigente de proponente de candidatura à eleição em causa, dela apenas resulte, para os eleitores, uma perceção negativa da capacidade de ação de certa ou certas das candidaturas em confronto.

Face ao que antecede e para os efeitos previstos no artigo 89.º do Código do Procedimento Administrativo, delibera-se determinar ao Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz que se abstenha de condutas que não se coadunem com os deveres de neutralidade e imparcialidade a que as entidades públicas – bem como os seus titulares – se encontram especialmente adstritos, nos termos do artigo 57.º da LEAR.

Desta deliberação cabe recurso para o Tribunal Constitucional a interpor no prazo de um dia, nos termos do artigo 102.º-B da Lei n.º 28/82, de 15 de novembro.» -----

Processos PE-2019 – Outros temas

2.08 - JF Lamas | Pedido de parecer | Evento na véspera e dia da eleição (Realização de evento da Festa da Cereja) - Processo PE.P-PP/2019/145

A Comissão, tendo presente a Informação n.º I-CNE/2018/108, que consta em anexo à presente ata, deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

«A Junta de Freguesia de Lamas vem solicitar parecer desta Comissão sobre a realização da Festa da Cereja de Lamas, a qual tem vindo habitualmente a ocorrer no último fim-de-semana de maio, coincidindo, por isso, com a véspera e o dia da realização da eleição